

O LUGAR DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: práticas pedagógicas de professoras/res do Jardim I e II.

1- *Eixo Temático 21- Gêneros e Sexualidades nas Infâncias*

Izabel Cristina Borges Corrêa Oliveira¹

RESUMO

Este trabalho aborda a formação da identidade de gênero na Educação Infantil. Teve como objetivo compreender práticas pedagógicas na Educação Infantil para a produção de identidades de gênero. Foram estudados autores como Scott (1995), Louro (1997), Ludge e André (1986) e Sayão (2002). O estudo foi qualitativo e teve como *lôcus* duas escolas, localizadas em Belém/Pará. Foram aplicados questionários *online* para seis docentes. Verificou-se a contribuição desses profissionais para a produção da identidade de gênero de crianças através das práticas pedagógicas. Tais práticas, assim como os currículos, precisam ser repensados, a fim de que aportes na formação de crianças concernentes a gênero e possam colocar todos em nível de igualdade humana.

Palavras-chave: Gênero; Educação Infantil; Práticas Pedagógicas

INTRODUÇÃO

Este estudo enfoca o gênero como espaço investigativo na área da Educação Infantil, especificando que, nas instâncias sociais, principalmente na escola, ocorre um processo de construção dinâmico e contínuo de atribuição de modelos de feminilidades e masculinidades nas crianças, um processo que não está pronto a partir do nascimento, mas que está sempre em construção, imerso nas práticas e nas relações sociais.

Na infância, a criança interage com tarefas específicas, socialmente construídas como “coisas de menina” e “coisas de menino”. Além desses aspectos, alguns discursos em forma de expressões e afirmações também caminham nesta direção, como: “homem não chora”, “menino tem que ser forte”, “as meninas são mais calmas”, dentre outras.

Essas diferenças sociais e culturais, no entanto, não são inatas no ser humano, são construções que vêm se firmando há muitos séculos e apesar das inúmeras mudanças e

¹ Professora Assistente III da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Mestra em Educação (UFPA). É Pedagoga e Psicóloga. izabel.oliveira@uepa.br

transformações pelas quais a sociedade passou e continua passando, as relações entre mulheres e homens continuam muito distintas, estendendo-se para o ambiente escolar.

As instituições escolares fabricam os sujeitos que as frequentam e, ao mesmo tempo, essas mesmas instituições são produzidas por estes sujeitos e pelas representações de gênero que nelas circulam. Assim, dentro dessas instituições pode haver a produção de diferenças e desigualdades, bem como a informação do que cada uma/um pode ou não fazer e do lugar que meninas e meninos devem ocupar (LOURO, 1997).

Assim, torna-se importante a reflexão sobre como costumes e comportamentos, considerados adequados pela sociedade e, de certa forma, imposto às pessoas, mantêm-se até hoje, ainda que de forma velada com apoio de instituições como a família, a igreja e a escola. Processos de escolarização ainda estão pautados no controle dos corpos, que impõem uma série de expressões e atitudes considerados adequados às crianças em formação. Quando se volta à discussão para as questões de gênero, pode-se perceber que o fato de ser menina ou menino delimita as possibilidades dos seus corpos.

Deste modo, no atual contexto político brasileiro em que se acredita e se defende que “menino veste azul e menina veste rosa”, torna-se cada vez mais desafiante falar da desconstrução de modelos como estes que estão tão fortemente enraizados na mentalidade dos indivíduos, principalmente, nos que se negam a tentar compreender que a maneira de ser de cada pessoa independe de aspecto religioso, político, moral ou biológico exclusivamente.

Portanto, é indispensável falar de temas que dizem respeito às questões de gênero durante a infância no meio escolar, a fim de que, cada vez mais, assuntos como estes tornem-se comuns e frequentes nos diversos ambientes que as pessoas transitam e ocupam.

Por outro lado, a Educação Infantil, por ser a primeira etapa da Educação Básica, marca o início de novas vivências e experiências para a criança, pois esta passa a ter contato com um novo grupo social completamente diferente do que ela conviveu durante sua vida até então.

Assim, o olhar que a educadora e o educador têm diante do que acontece no ambiente escolar é fundamental para a relação que ela/ele estabelece na maneira de interagir e tratar com as inúmeras situações que vivenciam durante sua experiência na docência. Desta forma, se pretendeu fazer uma reflexão acerca de como ocorrem e se firmam questões binárias que envolvem a concepção de gênero na Educação Infantil.

A pesquisa realizada teve como objetivo geral descrever como as práticas pedagógicas desenvolvidas na educação infantil colaboram para a produção das identidades de gênero e, mais especificamente, buscou identificar se as propostas curriculares desenvolvidas abordam a temática gênero e; se práticas pedagógicas sobre esse tema ocorrem e de que modo, nos anos de Jardim I e II. Foi desenvolvida no formato de Trabalho de Conclusão de Curso-TCC, orientado pela autora do presente artigo no ano de 2021, na graduação de Pedagogia, da Universidade do Estado Pará (UEPA). Apresenta-se aqui alguns recortes do trabalho realizado.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O presente trabalho abrangeu características de uma abordagem qualitativa que, de acordo com Lüdke e André (1986), supõe contato direto do pesquisador com os sujeitos da pesquisa e com a situação na qual a pesquisa está sendo desenvolvida.

De início realizou-se uma revisão bibliográfica. Esta revisão foi feita mediante leitura sistemática, com fichamento de cada obra, de modo a se ressaltar os pontos pertinentes aos assuntos estudados. A partir destas leituras pode-se construir uma visão de como as práticas pedagógicas se estabelecem no ambiente escolar e qual a influência no comportamento docente.

Esta pesquisa complementa-se ainda com o campo dos estudos culturais, que buscam investigar as práticas e analisar como estas abrangem relações de poder, procurando descrever, interpretar, classificar e explicar os fatos obtidos da própria realidade. Os estudos culturais estão intrinsecamente ligados a um modo de produção de análise cultural que faz convergir princípios e preocupações acadêmicas com uma exigência de intervenção cívica. Desta forma, este trabalho teve como embasamento teórico os conceitos de gênero, de infância e práticas pedagógicas.

Outro ponto importante abordado na pesquisa foram os documentos que dão direcionamento aos direitos e deveres das crianças, tanto dentro quanto fora da escola, bem como marcos legais que embasam e orientam o processo curricular e de ensino-aprendizagem.

Por último, desenvolveu-se a pesquisa de campo, realizada com a participação de professoras e de um professor de duas instituições de ensino, sendo uma privada e outra pública. Foram feitas perguntas por meio de questionário de forma *online*. De posse das

respostas, elaborou-se a tabulação e, posteriormente, análise dos dados, para então, se averiguar se os objetivos apresentados neste trabalho foram alcançados.

Questões éticas foram respeitadas em todas as etapas das entrevistas e, para uso dos dados, foi obtido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido -TCLE dos participantes.

REFERENCIAL TEÓRICO

As questões relacionadas a gênero são complexas e permitem infinitas possibilidades. Scott (1995, p.72) afirma que “aquelas pessoas que se propõem a codificar os sentidos das palavras lutam por uma causa perdida, porque as palavras, como as ideias e as coisas que elas pretendem significar, têm uma história”. Nesse sentido, seria em vão tentar dar um único significado ao conceito de gênero. Nesta mesma direção, Louro (1997) declara que “o conceito serve, assim, como uma ferramenta analítica, ao mesmo tempo que é uma ferramenta política” (p.21).

Deste modo, é errôneo apresentar esse conceito como definido no trabalho com crianças, que ainda estão em seu pleno desenvolvimento e aprendendo a enxergar e respeitar a/o outra/o como sua/seu igual, mas que, ao mesmo tempo, é repleto de traços diferenciados.

No que concerne a infância, pode-se dizer que nem sempre teve a importância que se atribui atualmente, pois foi se constituindo no decorrer dos séculos e sofreu alterações significativas ao longo da história. Para Ariès (1981), o sentimento de infância desenvolveu-se paralelamente ao sentimento de família, se manifestando por meio de intimidade e diálogo familiar, se voltando a família para a criança. A partir desse período em que a criança ganha certa importância, já é possível perceber o seu modo de brincar e, através das brincadeiras e dos brinquedos, o conceito de criança vai ganhando outra conotação.

No contexto pedagógico, a Educação Infantil é a primeira etapa da vida escolar de uma criança. É durante este período que ela tem os primeiros contatos com os acontecimentos de sua vida escolar, no qual podem passar a maior parte do tempo com outras crianças, iniciando assim novas descobertas.

A década de 1990 marcou a educação infantil, que começou a despontar como direito de todas as crianças, principalmente com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Outro fato decisivo foi a conquista contida

na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB 9394/96, que exigiu que os profissionais da Educação Básica se qualificassem. Neste sentido, também a Base Comum Curricular aponta dentro dos “objetivos de aprendizagem e desenvolvimento” (2018) que crianças pequenas de 4 a 5 anos e 11 meses aprendam a “demonstrar empatia pelos outros, percebendo que as pessoas têm diferentes sentimentos, necessidades e maneiras de pensar e agir”.

A escola precisa perceber as diversidades e diferenças que estão presentes nas subjetividades produzidas na escola, abrindo as portas para as questões não só de gênero, mas todas as demais diferenças encontradas em seu contexto. Portanto, a respeito do que está na legislação, crianças devem ser ensinadas/orientadas a respeitar o modo de agir e de pensar da/o outra/o, assim como valorizar sua identidade, a ter seu desenvolvimento pleno assegurado, bem como ter sua dignidade garantida.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados encontrados apontaram que 83% dos professores consideram válida a abordagem sobre gênero com crianças, pois, como enfatiza uma das entrevistadas, “*a criança vai reconhecer-se e reconhecer o outro, crescendo assim, ciente da diversidade e compreendendo que cada indivíduo é único*”.

Sabe-se que é forte a influência que as crianças recebem dentro de casa, quando as pessoas responsáveis por elas transmitem suas crenças a respeito de qualquer assunto, sobre gênero não é diferente. Kishimoto e Ono (2008) afirmam que os padrões de gênero não são originalmente criações das crianças, mas sim construídos pelos adultos que as cercam. O crucial seria que desde pequenas as crianças fossem mediadas na construção de uma visão de mundo e de conhecimento, como elementos plurais, e aprender a identificar e combater preconceitos que incidem sobre as diferentes formas que os seres humanos se constroem enquanto pessoas.

Louro (1997) aponta sobre a necessidade de desconstruir a polaridade rígida dos gêneros, sendo importante indagar sobre as questões curriculares e se questões de gênero são discutidas pela equipe pedagógica em seus planejamentos. Nessa análise, constatou-se que 100% das/os entrevistadas/os afirmam que essas questões não são discutidas nos planejamentos pedagógicos da escola.

Ao focar as questões de gênero nos ambientes educativos é necessário, como afirma Louro (1997), que os sentidos estejam afiados para que sejamos capazes de ver,

ouvir e sentir as múltiplas formas de constituição dos sujeitos implicadas na concepção, na organização e no fazer do cotidiano escolar.

Quando questionados se já haviam passado por alguma situação envolvendo questões de gênero em sala de aula, observou-se que 66% declararam não ter passado ou não se recordavam, evidenciando ser esta uma questão não prioritária para as/os educadoras/es.

Percebeu-se a respeito da reprodução dos estereótipos construídos e relacionados aos papéis de gênero, que os entrevistados concordam que seja algo estranho um menino gostar da cor rosa. Ainda nessa perspectiva, Sayão (2002, p.5) diz que:

A demarcação do que cabe aos meninos ou às meninas se inicia bem cedo e ocorre pela materialidade e também pela subjetividade. Essas relações influenciam nas elaborações que as crianças fazem sobre si, os outros e a cultura, e contribuem para compor sua identidade de gênero.

A escola é uma instituição que frequentemente disciplina as pessoas, reproduzindo o que acontece na sociedade, tendo-se como exemplo, o masculino e feminino, como se existisse um padrão comportamental para mulheres e homens, e quem fica aquém desta concepção corresse o risco de ser considerado anormal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ambiente escolar é um espaço indispensável no processo de desenvolvimento de uma pessoa, no qual através de práticas pedagógicas, contribui para a permanência ou não de estereótipos e padronizações a respeito da concepção da identidade de gênero. Com este trabalho se percebeu que é importante ampliar a discussão das questões de gênero, pois evidenciar tal temática permite a desconstrução de visões culminam em preconceitos e discriminações.

Considera-se que professoras e professores têm grande contribuição através de suas práticas pedagógicas, na construção da identidade de gênero de crianças. É fundamental e necessário que esta temática possa ser investigada no âmbito do conhecimento pedagógico.

É um equívoco pensar que questões relacionadas a gênero só dizem respeito a pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, entre outros grupos. Pelo contrário, este é um tema concernente a todas/os nós enquanto pessoas que vivem em sociedade e estabelecem relações sociais intrinsecamente interdependentes. Portanto, assim como outros assuntos que integram os currículos escolares, gênero pode ser objeto de estudo da

educação formal e serem vistos cada vez mais como aspecto que faz parte da natureza humana sem que seja rotulado e estigmatizado.

REFERÊNCIAS

ARIÉS, Philipe. **História social da criança e da família**; Tradução de Dora Flaksman. – 2ed. – [Reimpr.]. – Rio de Janeiro: LTC, 2014.

BNCC – **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 23/02/2020.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida; ONO, Andréia Tiemi. **Brinquedo, gênero e educação na brinquedoteca**. Pro-Prosições. vol. 19, n.3, 2008. p. 209-223. Acesso em: 22/01/2021.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/2431625/mod_resource/content/1/Pesquisa%20em%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Abordagens%20Qualitativas%20vf.pdf. Acesso em: 14/03/2021.

SAYÃO, D. T. **A Construção de identidades e papéis de gênero na infância: articulando temas para pensar o trabalho pedagógico da educação física na educação infantil**. *Pensar a Prática*, v. 2, 2002.

SCOTT, Joan. **Gênero: Uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade, 1995.